



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2013.0000616607

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0017686-31.2007.8.26.0302, da Comarca de Jaú, em que são apelantes PEDRO GERALDO MARCHI e ADEMILSON GOMES OLIVETI (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados MÁRCIA FERNANDA FARIAS DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA), BIANCA FARIAS DE SOUZA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e BRUNO FARIAS DE SOUZA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

ACORDAM, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Julgaram prejudicado o recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator que integra este Acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos Desembargadores LUIS FERNANDO NISHI (Presidente), RUY COPPOLA e KIOITSI CHICUTA.

São Paulo, 10 de outubro de 2013

LUIS FERNANDO NISHI
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 13.949

Apelação Cível nº 0017686-31.2007.8.26.0302

Comarca: Jaú – 1ª Vara Cível

Apelantes: Pedro Geraldo Marchi e Ademilson Gomes Oliveti

Apelados: Marcia Fernanda Farias de Souza e outros

Juíza 1ª Inst.: Dra. Paula Maria Castro Ribeiro

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO - Notícia de acordo celebrado entre as partes – Desinteresse processual superveniente – Recurso interposto prejudicado.

Vistos.

A r. sentença de fls. 285/299, declarada a fls. 306/307, julgou parcialmente procedente a ação de indenização cumulada com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por **MÁRCIA FERNANDA FARIAS DE SOUZA, BIANCA FARIAS DE SOUZA e BRUNO FARIAS DE SOUZA (ambos representados por sua genitora)** para condenar, solidariamente, **ADEMILSON GOMES OLIVETI e PEDRO GERALDO MARCHI** a repararem os prejuízos suportados, nos seguintes termos: a) uma pensão mensal correspondente a 2/3 do salário da vítima, a contar da data do acidente, até a data do falecimento dos autores, sem direito de acrescer, ou quando a vítima completasse 65 anos, o que ocorrer primeiro e, no caso dos menores, filhos do vitimado, quando vierem a completar 25 anos, valor a ser corrigido desde a data do acidente, bem como acrescido de juros de mora a contar do evento, b) dano moral no valor de 300 salários mínimos em vigor da data do pagamento, valor a ser acrescido de juros de mora desde o acidente e c) pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em 15% do valor da condenação atualizada, respeitada a gratuidade judiciária concedida.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Irresignado, apela Pedro Geraldo Marchi (fls. 311/322), pretendendo, em síntese, a inversão do quanto julgado, sob o enfoque da falta de responsabilidade pelo evento. Neste contexto, defende, também, sua ilegitimidade para ocupar o polo passivo da demanda. Subsidiariamente, na hipótese de manutenção da decisão condenatória, pugna pela fixação da pensão mensal vitalícia na proporção de 2/3 do salário mínimo, com redução pela metade (50%) pelo reconhecimento da culpa concorrente da vítima, além de minoração da quantia atribuída em recomposição pelos danos morais atribuídos e da verba honorária.

Recorre, também, Ademilson Gomes Oliveti (fls. 327/342), renovando os mesmos argumentos defendidos pelo coapelante em suas razões recursais.

Recursos recebidos e processados (fls. 343), houve contrariedade ao apelo (fls. 345/378), em defesa do desate da controvérsia traduzido na sentença, preopinando, nesta instância, o digno representante do Ministério Público pelo improvimento de ambos os recursos (fls. 397/407).

As partes noticiam a celebração de transação, pondo fim ao litígio, pugnando pela sua homologação e suspensão do processo até a quitação total do débito, com a extinção do processo.

É o relatório, passo ao voto.

Conciliadas as partes, tornou-se superado o objeto da apelação, com consequente desinteresse recursal superveniente.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Passaram os apelantes a não ter *interesse-necessidade* na tutela jurisdicional recursal outrora provocada, restando, portanto, prejudicado o apelo.

A homologação do acordo e extinção do feito deverá ser objeto de requerimento perante o MM. Juízo *a quo*, com destaque a eventual intervenção obrigatória do Ministério Público.

Ante o exposto, e pelo meu voto, **JULGO PREJUDICADO o recurso interposto, determinando a remessa dos autos à Vara de origem para regular andamento do processo.**

LUIS FERNANDO NISHI

Relator